

ALBORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

3.º Ano—N.º 134

Editor, Abel de Vasconcelos Cardozo

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da República

Guimarães, 12 de Junho de 1913

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesse

CARTAS LITERÁRIAS

Em honra de Santo António

Eu estou a ver, com a memória aguçada de lembranças saudosas, uma noite de Santo António daqui há vinte anos atrás. Noite quente, é claro. Um céu que parecia querer esconder a sua expressão azulada e tornar-se sombrio, só para que as estrelas luzissem mais, falando melhor aos sentimentos humanos. Na esteira das ruas passeavam à fresca, as famílias dos operários: o homem à frente, abanando-se com a aza do chapéu do officio, e atrás a mulher, com os filhos agarrados à saia e restolhando os socos. E então, no jardim, coados pelas grades e o arvoredo espesso dos quarteirões marginaes—a gozarem a fresca pesada da noite—corriam muitas raparigas que já hoje são mulheres, e muitas mulheres que já hoje não existem...

Nessa noite—que era, no ano, das de maior tradição—as surpresas sucediam-se alegremente, e os olhos riam da sua feéria de um momento. Quero falar dos *lumes de côr*, do fogo de Bengala, e ainda daqueles *girassóis* em movimento de azenha nos ribeiros, que pareciam espadanar águas de ouro duma corrente pequenina e maravilhosa.

Dêsse modo as famílias, às janelas, encenavam um *guignol* fantasista, como ainda não vi segundo. Pelo efeito dos *lumes de côr*, apareciam-nos máscaras trágicas e máscaras risonhas, umas do medo e outras da alegria, distinguindo a distância os clarões vermelhos; e entre êsses que exibiam uma música pitoresca—porque tudo representava pitoresco naquela noite—estavam outros, anchos ou magros, que gosavam a alegria patriarcal, sentados, em mangas de camisa, e com as alças alargadas para a digestão.

O povo alegrava-se de ver, sorria, e lá depois continuava o seu caminho.

Porém, da noite sem arraial, sem música e sem balões, o mais interessante vai agora evocar-se. Ainda está por contar, e não é fácil que se conte. As tradições morrem assim como essa, que, sendo tam bela, morreu um dia. Para as reconstituir a uma e uma é necessário te-las amado muito, e mais do que isso: é necessário ter mocidade, que é força para as viver de novo. E eu—ái de mim!...—envelhei cedo com as lutas da vida; já as não posso reconstituir... Limite-me a chorar por elas!...

Mas com a ajuda da minha constante saudade pela meninice que lá vai, o coração emprestará á memória a força que já outras forças lhe não dão.

E aqui eu evocarei aos velhos da minha idade os oratórios pios do merceiro antigo—daquela úl-

timo dos varões exibitantes do clássico *passé-piolho* e do terno de pano de briche.

Eu estou a ver a velha mercearia dêsse tempo—ainda sem as detestáveis armações modernas, da tão falada e tão estúpida «Arte-Nova»—com o tecto adornado das suas grosas de velas de cebo, os abanadores de penas brancas e côr de rosa, os pavios de enxôfre para os vedores das minas, os maços de enleia delgada e de grossa corda de estôpa para sôgas, as vassoiras de palha verde e sêca e as grandes latas dos palitos de Lorvão. Nas estantes pintadas, em geral, a verde escuro ou à côr das bôrras velhas do vinho, e que forravam todo o corpo do estabelecimento, mostravam-se os largos maços de papel das Caldas, branco e esfarpado, que servia para envelopes colados a obreia, as botijas holandesas da cerveja, a aletria, o talharim, os cominhos, a pimenta e o rapê, no caixotinho das balanças. Em baixo, a toda a roda, o arroz e o assúcar, em grandes caixões.

E então a frente, a um canto do balcão, protegidas por uma grade de prechas, as garrafas da água ardente e do licor de hortelã, com a bandeja de louça coberta de copinhos, que faziam longo negócio, ao «cagão», pela madrugada da missa das almas em Sam Paio.

Pois no fundo da loja e ao alto dessa armação simplicíssima ficava, dentro do seu oratório, com duas jarras de perpétuas amarelas, o Santo António, advogado do dono da loja. Toda a generosidade religiosa dos fregueses excluía-a o merceiro da sua festa ao taumaturgo; e antes a deixava à porta, na caixa de pau que recolhia as esmolas para as *Almas*, onde toda a gente ia cobrar os lencos, as chaves e os rosários perdidos, pelos cinco réis da devoção. A festa ao Santo António era dele. E' nesse dia 13 de junho, agitando desde pela manhã o *bonet* de sêda, com pala; coçando o *passé-piolho*; enxugando os dedos das medidas do azeite no cabelo, com nervoso e com pressa, o merceiro mandava aos marcanos lançados lavar as jarras azuis e enche-las de cravos, perpétuas e rosas de palmeirão; carpintear um trono de pinho dos caixotes e forrar de papel de sêda todos os seus degraus.

O trono, a certa hora, estava pronto. Em cima, o Santo António do oratório—que havia sido comprado, pela fundação da loja, no Porto, numa louceira detrás dos Clérigos—sorria, com o seu menino ao colo. E então as senhoras da casa—donas misteriosas que ninguêem via, e que só uma vez no ano saíam à rua, para acompanharem, de mitênes de

retroz preto e sevilhana, a procissão do Santíssimo da freguesia—então as veneradas senhoras côr de cera vinham dispor as jarras e os castiçais com velas de cera, e o Santo António lá ficava em frente da sua lanparina de azeite, em todo o dia, entre flores e velas.

Eram êsses altares das mercearias—quando a noite rebentavam aqui e ali as grosas de bichas e se inflamavam nas janelas os lumes de côr, que o povo humilde—a abanar-se com a aza do chapéu do officio e restolhando os sócos cantadores—mais gostava de ver à porta das mercearias brilhantemente iluminadas e abertas até altas horas.

Eu ia sempre. E nunca me esqueci: havia a do *Zé do Arroz*, a das *Limas de Sam Paio*, a do *Rebêlo de Sam Dâmaso*...

Só me esqueceu a conta.

Alfredo Guimarães.

ECOS

Fazem-nos muito favor!

Aqueles que no nosso país fazem a propaganda da emigração para o Brasil, afirmando que aquilo por lá ainda é... um Brasil; aqueles que semelhante reclame fazem no sentido antipatriótico, e só êsse, de verem desaparecer no funil tremendo da emigração tantíssimos mal aventurados, como pirraça à República, melhor expediente adoptariam se tirassem passaporte, indo ver e experimentar aquilo que nem sempre por cá se reproduz—talvez porque, cegos pelo deslumbramento da meia dúzia dos que ali triunfam, nos chegamos a esquecer dos milhares que por lá se perdem tombados no sorvedouro da miséria.

Vão, vão, os que botam reclame, porque nos fazem muito favor!

Moral pública

Sim... é bom também por um dique aos desbocados que, sem decôro, pronunciam toda a série de palavras que é produto da falta de educação e de ausência de bons costumes.

E, para isso, para combater êsse espectáculo que nos deprime e vexa aos próprios olhos, basta que cada cidadão se transforme em policia saneante apresentando queixa fundamentada no art. 1.º do Código de Posturas Municipais, que reza assim:

«É proibido proferir palavras ou fazer gestos indecentes ou desonestos, publicamente, sob pena de 100 réis de multa.

Apliquemos êsse desinfectante—a vér.

Os chapéus

Decretaram os dominios superiores e estéticos da Moda o uso dum chapéu para senhoras muito elegante,—de simples, magestoso e práctico que é.

Sim, os chapéus que tam facilmente se introduziram no gôsto

das nossas damas, por aí andam com a sua pluma triunfante e imperial... de capacete, parecendo—talvez por essa vaga analogia—ter bolido demasiado a atenção do rapazio que já vimos parodiá-los, no jardim público.

Ora isso é que conviria evitar, senão na rua, que é a sala dos rapazes, ao menos no jardim, que é o lugar onde ficam bem flores, música... e êsses lindos chapéus da moda que deixam ver o rosto de quem os usa.

—Ou será preciso tornar a pôr as grades?...

Retretes públicas

Lembram-nos a conveniência de se ultimar a sua montagem—já que tam acertadamente a vereação as mandou construir no largo do Trovador.

Prontas estas, conviria, talvez, estudar a maneira de as indicar, visto que um estrauho à terra não daria facilmente com o encaixe onde as mesmas se acomodam.

Já de certo pensaram nisso—e tanto melhor, porque será isso prova de que estamos todos de acordo.

O tal... milagre

Foi o caso dum ímpio a quem Deus castigou (sic) no momento em que destrua e injuriava algumas imagens santas. Que a patacoada corresse entre as conversas das gentes tementes e devotas, vá de admitir-se; mas virem contar o disparate para uma revista «católica» de Vizeu, que, por sua vez, deu aso a que outros jornais, como o «Comércio de Guimarães», ainda mais publicidade dessem à patacoada, lá isso é que achamos forte, sendo só de lamentar que semelhantes asneiras fiquem impunes!

Só asneira? Não; mentira, infâmia também, pois que o caso foi telegraficamente desmentido pelo presidente da Câmara de Mirandela e ainda em cartas publicadas no «Povo Beirão», provando-se,—ao contrário do que noticiou o «Comércio de Guimarães»—que o entêrro do... ímpio foi concorridíssimo, sendo até pronunciados alguns discursos de homenagem à beira da sua sepultura!

Mas, a despeito disto, a falsa noticia circulou pelos jornais, e diz-se que até um pároco (só um?) a explorou a meio da missa.

Em análise, temos, porém, de observar que êles não são sequer originaes na descrição do tal castigo de Deus. Num livro publicado no ano 1775, sob o título «Milagres acontecidos por pecados ocultos na confissão», aí se veem narrados casos idênticos, parecidos, iguais. Então, nessas épocas distantes, ainda se admitia. Hoje, não. Depois,—que diabo!—a ideia de Deus não admite tam grosseira propaganda ao seu prestigio e poder. Se a vingança foi outrora o prazer dos Deuses mitológicos; se a vingança pode ser o prazer de qualquer mortal, fraco e imperfeito, como admitir que Deus beba pela mesma taça, inferiori-

zando-se, confundindo-se, igualando-se?!

Não pode ser; seria trocar a cornocópia da soa «infinita bondade» pelas armas duma «infinita maldade»—o que era uma cobardia e um desprestigio.

A ideia de Deus deve ser superior a estas analogias. Elas patenteiam a fraqueza dêsse Deus, visto que já nem poder tem para mudar o coração a um ímpio...

«Adeus, caros amigos!»,...

As despedidas «dóles» do Internato Municipal

Não podendo, dizem os 3 prefeitos saídos do Internato Municipal, despedir-se pessoalmente dos alunos do mesmo estabelecimento de ensino, que eram para êles, em Guimarães, «os seus primeiros amigos»; não podendo, «pela última vez, estreitá-los num abraço todo recheado de amizade sincera e lial de saudade impercedoira», vieram fazê-lo pelo único meio que lhes restava—o da imprensa.

Porque não?!

Deixar realmente a comunidade colegial onde se viveu, sentiu e experimentou, durante espaçado tempo, a convivência emotiva e absorvente de moços académicos; deixar, na verdade, a atmosfera de bulício e de cuidado familiar dum internato onde a prefeitura, disciplinando e guiando, é mais um sacerdote do que um empregado; deixar, numa palavra, um contacto e um exercício que, se arrelia e esgota algumas vezes, enobrece e prende quasi sempre,—êcaso, efectivamente, para inspirar uma despedida afectuosa, fligranada em estilo que deixe transparecer carinhosas e gratas saudades.

Mas quê!... A espistola que êsses 3 cidadãos mandaram à publicidade da gazeta dominical não é uma despedida dessaturada, limpa, como era lícito que fosse, mas um arremangar de braços em disposição de quem nos vai mostrar que sabe jogar o pau.

A «trindade», ameaça

E' o caso que êles prometem desenrolar uma longa fita de dramas «patéticos» «indecorosos» e «tristes», dramas passados a dentro do referido Internato, ao qual chamam—«proscênio».

Por certo que uma tal discussão deve ser esperada com serenidade, pois bem pôde ser que os 3 cidadãos patrioticamente pretendam—o que só é simpático—ajudar a fortalecer e a criar o grande estabelecimento de ensino municipalizado pela Câmara. Se assim não succeder, se, ao contrário, da discussão se depreender despeito próprio, propósitos de minar descrédito fazendo mal ao Internato nascente onde êles não souberam ou não quizeram ser úteis; se isso se vier a patentiar, justo seria que o sr. dr. Eduardo Almeida, seu director, lhes tomasse contas do seu procedimento pa-

ALGUMAS NOTAS CURIOSAS SOBRE UM SANTO POPULAR

ra que perante o poder judicial os mesmos houvessem de assumir as responsabilidades dos seus... desabafos e ressentimentos. Mas será bom que eles falem.

O nosso interesse, o interesse deste jornal, é contribuir para o progredimento do Internato Municipal, pois é evidente que está ali um estabelecimento que, constituindo não só um meio de receita aproveitável, e, acima de tudo, um título de orgulho para a nossa terra, se com entranhado amor alguém puzer na sua direcção todos os cuidados que uma casa de tal género requer.

Que falem, pois, se veem que isso é necessário.

Entretanto, não será mau que isto se saiba:

O prefeito José Pereira Coelho Souza, que com mais dois companheiros faz, por meio da imprensa, as suas despedidas aos alunos do Internato, — aos seus amigos por quem sente «uma impercedora saudade» — é o mesmo a quem, em processo disciplinar, teve de ser aplicado o mandato de demissão por se ter apurado que além de não ter dado, como lhe competia, explicações de francês, tinha por costume castigar os alunos «*puxando-lhes as orelhas até fazerem sangue, e bater-lhes com régua até as partir*».

De onde se prova que, quanto a este, a tal despedida não passa duma refinada hipocrisia, visto que, em rigor, o seu desejo seria levar dos alunos as orelhas, deixando-lhes em paga — uma rapoza «impercedora»!

Em prol da Arte

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal oficiou à Comissão Concelhia para que esta, pelas vias legais, obtenha autorização para ser demolida a cúpula de madeira e cal que encima a torre da Igreja da Oliveira.

A Câmara pondera, e muito bem, nesta medida acertadíssima, que tal cúpula, traduzindo tão somente uma das muitas barbaridades que infelizmente em monumentos de Arte se presenciavam, não tem ainda utilidade alguma e desmancha por completo a harmonia daquele monumento, o que nos envergonha perante qualquer pessoa medianamente culta em assuntos de Arte.

A Comissão Concelhia, em cuja presidência se encontra um verdadeiro Artista, recebeu com agrado o officio da Câmara e vai, sem perda de tempo, solicitar a autorização pedida.

Os nossos aplausos à Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

A Companhia de Jesus

Palavras de Inácio de Loyola na dissidência dos templários, descrita no «Papa Negro»:

«Unir-nos hemos em volta do sólio pontifício, como os pretorianos do antigo império, e defenderemos, alargaremos o poder do Papa, que depois será o nosso poder, porque o chefe da Igreja será, sem dar por isso, o nosso prisioneiro...»

Ensinarão os povos que eles devem obedecer com submissão e medo aos seus soberanos, e prestaremos aos reis este apoio, obrigando-os a governar segundo a vontade e os fins da Companhia. Por meio dos colégios dominaremos a mocidade, por meio dos confessionários dominaremos as consciências; os penitentes, aterrados pelo rigor fanático dos Dominicanos e Franciscanos, acorrerão ao nosso tribunal de penitência, onde a moral será suave, o perdão fácil, e o juiz indulgente... Dentro de vinte anos não é preciso mais — nós seremos os senhores do mundo!

Está certo.

Não pretendemos narrar a vida do Santo português, que foi frade franciscano e morreu — faz amanhã, 682 anos.

Simplemente achamos interessante mostrar que este Santo popular não era grande amigo dos padres, bispos e cônegos e mais do fausto da Igreja, porque a rigor observava a Regra do seu convento, que ele queria sujeito a mais estrita lei da pobreza.

Assim a pág. 257 do livro «A Questão Religiosa», por Sampaio Bruno, lê-se:

«Santo António legou nos seus uma tradição original dos observantes, a desconfiança contra o clero secular, contra os prelados e contra os bispos, levada por vezes até ao desprezo. Ele pregou contra a Igreja com um tom tão apaixonado como Savonarola, repreendendo-lhe as suas riquezas, o seu poderio, a sua sensualidade e a declinação dos bons costumes com uma cólera análoga, buscando nos textos bíblicos as vivas imagens que o monge florentino evocara na famosa quaresma de 1493.»

Mais dizia frei António, segundo a mesma obra citada:

«A carne das bezerras está suspensa ao fumeiro, onde aguarda que a comam. Assim também os demónios suspenderão os maus prelados ao fumeiro infernal a carne dos maus prelados, onde ela aguardará um incêndio mais cruel, as caldeiras ardentes de que fala a Escritura, isto é o inferno, o lugar do anátema, do luto, da indizível dor.»

E como era, pelo visto, bom lógico, o Santo casamenteiro acrescentava:

«Os nossos górdos cônegos julgam estar quietes com Deus desde que cantam com uma voz clara, no côro, uma aléluia ou um responso; após o que, voltam a suas casas, para se divertirem e ceiar à farta com seus histriões e chocarrosos.»

Está claro que isto se entendeu com os cônegos de há perto de 7 séculos. Descansem os nossos frugais amigos, hoje, sem côro e sem conezia.

Santo António, tenente-coronel

Da erudita crónica de António Ribeiro, sob o título — Graça Régia — transcrevemos a provisão que o mesmo nos dá «registrada a fl. do L. 6.º de patentes»; e que é do seguinte teor:

GIL VICENTE

EO

«MONÓLOGO DO VAQUEIRO,»

Do nosso amigo e apreciado colaborador Alfredo Guimarães recebemos a seguinte carta:

Meu presado amigo:

Com enorme espanto meu, li hoje no vosso jornal que a celebração do nascimento do Teatro Português, ou seja da primeira recitação do *Auto da Visitação* ou *Monólogo do Vaqueiro*, se realizava em Guimarães em 8, que não em 7 de Junho.

Ora isto é um engano tremendo, pois que a data, como poucas, está bem esclarecida pelo confronto entre o documento que menciona o nascimento de el-rei Dom João III e as notas várias da bibliografia vicentina. O *Auto* foi recitado, afirmo sem hesitações duvidosas, a 7 de Junho. E para a prova, aí vai a rubrica da pequenina peça teatral, transcrita da edição das *Obras* do mestre Gil, de Hamburgo, em 1834, que posuo:

«Porquanto a obra de devação seguinte procedeu de hua visitaçào, que o autor fez ao parto da

D. João, por Graça de Deus, príncipe regente de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem-mar, em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Etiópia, Arábia, Pérsia e India, etc., etc.

Faço saber aos que esta minha carta patente virem, que, sendo da minha particular devoção o glorioso Santo António, a quem o povo desta corôa incessantemente e com a maior fé dedica os seus votos, e tendo o céu obençoado os esforços dos meus exercitos, com a puz que se dignou conceder á monarchia portuguesa, crendo eu piamente que a eficaz intercessão do mesmo Santo tem concorrido para tam feliz resultado:

Hei por bem que se eleve ao posto de tenente-coronel de infantaria e com elle haverá o respectivo soldo, que lhe será pago na forma das minhas rias ordens, pelo que o marechal de Campo Ricardo Xavier Cabral da Cunha, que na qualidade de ajudante de general é encarregado interinamente do comando das armas desta côrte e capitania, assim o cumpra, e o soldo referido se assentará nos livros a que pertencer, para lhe ser pago em seus devidos tempos.

Em firmeza do que lhe mandei passar esta carta, por mim assignada e selada com o selo grande de minhas armas.

Dado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 31 dias do mês de Agosto do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1841. — O príncipe com guarda — Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena — José Caetano do Lima — Por decreto de S. A. R. de 2 de Junho de 1815 e aviso de 22 de Agosto do mesmo ano: Pedro Vieira da Silva Teles a fez escrever. António José Pinto a fez.

E, para remate, fechemos com estas palavras de Rodrigues de Freitas no seu livro — «Páginas Avulsas» — 108, discorrendo a propósito do Santo taumaturgo e compatriota, que uma lenda de milagres tornou popular... até ao disparate. Escreve elle:

«Os mais avançados pensadores do século XIX podem prestar-lhe o culto da sua admiração, porque, embora hoje o problema social seja o da produção e distribuição das riquezas, e portanto assente em princípios diametralmente opostos aos da abstenção delas, — o sentimento da fraternidade une espiritualmente os austeros franciscanos de outrora e os melhores reformadores do presente.»

— E ainda há môças que, despeitadas, o voltam de cabeça para baixo...

«... muito esclarecida Rainha Dona Maria, e nascimento do muito alto e excelente Príncipe Dom João, o terceiro em Portugal deste nome; se pôe aqui primeiramente a dita Visitação, por ser a primeira coisa, que o autor fez, e que em Portugal se representou, estando o mui poderoso Rei Dom Manoel, e a Rainha Dona Beatriz sua mãe, e a Senhora Duquesa de Bragança, sua filha, na segunda noite do nascimento do dito Senhor.»

Ora Dom João III nasceu na madrugada do dia 6 de Junho de 1502. A segunda noite de que fala essa rubrica é, positivamente, a do dia 7 de Junho de 1502.

Ninguém pode ter dúvidas a esse respeito.

Mas o número referido da «Alvorada» traz, além do meu modesto artigo, um outro, devido à pena do mimoso poeta Jerónimo de Almeida, no qual se faz (ainda!) a discussão do velho assunto das duas figuras: Gil Vicente poeta, e Gil Vicente ourives.

Gil Vicente ourives era um homem mais velho aproximadamente vinte anos do que Gil Vicente poeta, o auctor dos *Autos*. Sobre as duas figuras tudo está esclarecido. Mas se alguém quer documentos, pouco tem que trabalhar: procura o último volume do sr.

Brito Rebelo sobre o auteiro, e lá verá, entre páginas 12 e 13, a reprodução de dois documentos frizantes — do milho que podia desejar-se; ou, ainda, os últimos subsídios publicados pelo sr. Anselmo Braancamp Freire no *Diário de Noticias*, sob o ponto de vista genealógico, que não podem deixar dúvidas a ninguém de que, Gil Vicente poeta e Gil Vicente ourives não são uma e a mesma pessoa, mas sim duas, tio e sobrinho.

E por último pedirei que ao meu estudo sobre Gil Vicente, publicado no n.º de 5 do corrente, sejam feitas, pelo menos, quatro emendas:

Na primeira página, coluna 4.ª, linha 16, deve ler-se: «... ao fogo da inspiração dum homem de génio — ...»

Na 2.ª pág., 2.ª col., linha 72, deve ler-se: «... justificava este meglomático resultado».

Na 3.ª col., linha 24, da mesma página: o nome da figura evocada é Luiza Segêa; assim como lá vem transtornado o nome do poeta espanhol, auctor do *Auto do Repelão*, Juan del Encina.

Por último pedirei o esclarecimento de que os bobos francêses Bonamis e Acompaniado não vieram para Portugal no reinado de Dom Sancho II, como lá se lê, mas sim no reinado de Dom Sancho I.

Sou, como sempre, amigo dedicado e grato,

Alfredo Guimarães.

A nova taxa

A aplicação do regulamento de 30 de Novembro de 1911 à lei de 24 de Maio de 1912, respeitante ao estabelecimento e exploração das instalações eléctricas, motivou uma reunião de carácter público na Associação Commercial.

O sr. Eduardo M. de Almeida falou desenvolvidamente sobre o assunto, propondo por último que se telegrafasse ao governo e se enviasse uma representação à Câmara deputados pedindo a revisão do referido regulamento.

A. L. de Carvalho usou da palavra para fazer algumas considerações sobre a vexatória taxa de licença, apresentando e sendo votada a seguinte

MOÇÃO

«Considerando que sendo todo o imposto, embora, «um mal necessário» de que nenhum regimen ou governo político se poderá libertar, e muito menos num país depauperado por um deficit crónico que nos vem de longe apertando o tornozelo, sem piedade;

Considerando que, não obstante toda a boa vontade do actual ministro das finanças, e mercê da herança do passado, não tem sido possível suavisar a penosa situação do contribuinte;

Considerando, todavia, que o regulamento das concessões de licenças para estabelecimento e exploração das instalações eléctricas, aprovado por decreto de 30 de Novembro de 1912, é um novo imposto que, embora tendo em vista aumentar as receitas ao Estado, o que é muito louvável, não é porém uma medida de salvação pública, pois que ainda há pouco o chefe do governo e ministro das finanças declarara no parlamento que a situação financeira do país era desafogada e prometedora;

Os contribuintes do concelho de Guimarães, reunidos na Associação Commercial para apreciar a nova taxa de licença, tomando em consideração as palavras do chefe do governo e ainda confiando na alta capacidade administrativa do actual gabinete, protestam contra o novo imposto, por o acharem dispensável, antipático

e, na conjuntura, até mesmo anti-patriótico.

Guimarães, 6 de Junho de 1913.

A. L. de Carvalho.»

Usaram ainda da palavra alguns interessados, sendo no final enviado o telegrama proposto, elaborado nestes termos:

II.º e Ex.º Sr. Presidente Ministério.

Lisboa.

A Associação Commercial de Guimarães reunida em Assembleia geral resolve pedir ao Governo a suspensão regulamento das concessões de licença para estabelecimento de indústrias eléctricas de 30 de Novembro de 1912, cuja execução na parte relativa a iluminação particular tenta ser posta em vigor agora nesta cidade alarmando pelo vexame a população trabalhadora e pacífica de Guimarães.

A Associação Commercial esperando que V. Ex.ª se digna iniciar no parlamento a revisão do referido regulamento conforme representações ali apresentadas de Porto e Lisboa,

O Presidente,

José de Freitas Costa Soares.

A reunião teve uma concorrência extraordinária, não só por parte dos comerciantes e industriais como dos particulares.

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal, reunida extraordinariamente, deliberou enviar, por sua vez, o telegrama que segue, tornando-se assim solidária com o justo movimento de protesto:

Ex.º Sr. Presidente do Conselho de Ministros

Comissão Administrativa Municipal Guimarães, reunida sessão pede com empenho V. Ex.ª seja suspensa execução regulamento 30 Novembro 1912 na parte referente licenças iluminação eléctrica em casas particulares, até que seja revisto pelo parlamento ou de qualquer forma modificado no sentido de se evitar vexame, que ocasionam disposições actuais e nova contribuição que sua execução implica.

O Presidente,

Mariano do Rocha Felgueiras.

REPORTAGEM

Informam-nos que do orçamento da irmandade de S. Torquato, ultimamente aprovado, foi votada mais uma verba de 500 escudos para custeio do edificio escolar.

O «Sport Club Vimaranes» realiza, no próximo dia 15 do corrente, um passeio ciclista a Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Braga e Guimarães, devendo effectuar-se a partida na Praça de D. Afonso Henriques, ás 4 horas da manhã.

Para tal fim se convidam todos os ciclistas a tomarem parte n'este passeio, para o qual se acha aberta a inscrição gratis, na garage Fernandes & Cruz, situada no Largo 1.º de maio, e no estabelecimento do sr. Benjamim de Matos, situado na Praça de D. Afonso Henriques.

Os operários da importante Sapataria Eduardo Paulo da Silva, em número de 30, promovem, no próximo domingo, 15 de Junho, um jantar de confraternização operária na pitoresca e encantadora Serra da Penha.

A partida desta cidade é ás 5 horas, e o regresso ás 20.

Nos próximos dias 26 e 27 do corrente, vem a esta cidade dar dois espectáculos no Teatro D. Afonso Henriques, a Companhia do Teatro do Ginásio Dramático de Lisboa, com as peças *A menina do chocolate*, em 4 actos, e *Manelich*, em 3 actos.

O jantar dos caçadores, de iniciativa anual do Club desta cidade, realiza-se no próximo domingo, na Penha.

No dia 8 de Junho, feriado local em homenagem ao illustre vimaranense Gil Vicente, fundador do Teatro Português, estiveram as bandeiras das colectividades e repartições içadas. As casas dos srs. Francisco Guimarães e João Abreu, bem como os centros republicanos e a Câmara, estiveram iluminadas.

Faleceu o menino Rui, filho do sr. António Caires Pinto de Madureira, recebedor desta comarca. O seu enterro foi muito concorrido. O nosso sentir aos pais.

A ronda da Lapinha, que depois dos acontecimentos de há dois anos deixou de vir a esta cidade, realiza-se no dia 22, a Penha.

No próximo sábado celebram-se exéquias na paróquia da Oliveira sufragando o passamento do arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha.

O tapume do padrão da Oliveira vai em breve ser destruído.

Morreu o filho mais velho do industrial sr. António Antunes, da rua da República. O nosso pesar a seus pais.

A direcção geral dos correios determinou que se applicasse a multa do dobro da tarifa em toda a correspondência onde tenham sido apostos quaisquer selos antigos que vigoraram até à data em que se cunharam os que teem o busto da República.

O circuito do minho, organizado pelo «Jornal de Notícias», constituiu motivo de interesse para esta cidade.

A comissão local foi incansável, dispensando cuidados e promovendo uma constante fiscalização no percurso de Vizela às Taipas. O nosso patricio que concorreu em bicicleta foi, a sua passagem por aqui, muito ovacionado. Conquistou um prémio dos Armazens Chiado.

Pelo cofre de beneficência distrital foram distribuídos:

100.000 réis ao Asilo de Santa Estefânia, 100.000 réis ao Asilo do Campo da Feira, 100.000 réis à Creche da V. O. T. de S. F. e 50.000 à Cantina Escolar.

A CORNETA E O SINO

O quartel e o convento são vizinhos um do outro. Em frente há uma oficina de ferreiro.

A corneta e o sino entendem-se entre si. As ondas sonoras que emitem são frases completas, são alguma coisa de parecido com a linguagem para nós ininteligível das aves.

As andorinhas que esvoaçam em torno do campanário dizem coisas que são entendidas pelas outras aves pousadas nos beirais dos telhados.

Em todo o som existe uma palavra, mas o homem só compreende as que lhe dizem directamente respeito.

O sino e a corneta, quando cessa o trabalho diário, falam um com o outro.

A corneta diz para o sino: —Eu toco à alvorada, ao rancho, às revistas, à oração; eu represento a fôrça, a disciplina militar, as glórias guerreiras, o apoio da pátria. Tu és o porta-voz do quietismo, o relógio do tempo perdido, o convite às rezas, a preguiça que fala.

O sino responde: —Eu sou o místico som que ecoa em todos os corações cris-

tãos; quando vibro convindo os fideis a orar; lembro, com o toque das ave-marias, o dia que nasce e a tarde que declina; indico ao viandante o fim da sua jornada; cada vibração do meu bronze é um cántico para Deus!

A corneta replica:

—Todos os teus ecos recordam que abrigas soldados sem armas, fôrças absolutamente perdidas, cidadãos que não trabalham, homens inúteis para a terra que lhes reclama os braços. Repara como os soldados respondem à minha voz, como acodem, como formam, como saem com marcial galhardia. São eles que te guardam o convento, enquanto os teus obediêntes servos descem ao côro, a entoar matinas. Vivam, pois, os soldados!

O sino responde:

—Os soldados são a guerra, a destruição, o sangue; os monges são a paz, a caridade, a crença, a aspiração a um mundo melhor; toca, toca a alvorada, enquanto eu chamo os frades ao santo sacrificio da missa. Ouve como eles rezam, esquecidos do mundo, que é onde reside o perigo, o pecado, as paixões e a luta. Aqui não se combate: crê-se.

Entretanto bate o ferreiro na bigorna, e o martelo, que também fala, increpa-os a ambos, dizendo-lhes:

Pan, pan, pan, pan! Calai-vos, cornetas e sinos. Ouve, ouvi o ruído da vida e da humanidade que trabalha. Vós sois apologistas de duas coisas que pertencem ao passado: a guerra e a clausura. Nem uma nem outra podem cantar a liberdade, porque as vossas falas só se dirigem a servos. Qual a utilidade de uns e de outros? Que produzem, que interesses fecundam?

Uns estão sempre prontos a tudo destruir, os outros a nada edificar. Nem estes nem aqueles são proveitosos, porque se uns são do Estado os outros são do Claustro.

Estado e Claustro—duas famosas palavras que tanto teem de sonoras como de ôcas.

Ouve, pois, o som do martelo, o verdadeiro som dêste século, a voz de milhões de heróis desconhecidos, eternamente pobres e perduravelmente trabalhadores.

—*Pan, pan, pan, pan!* O pobre som o diz! Sou o pão para a bôca, adquirido e ganho à custa do suor de milhares de fronteiras. Cornetas e sinos, emudecei! O pão sou eu, porque eu é que sou o verdadeiro porta-voz do trabalho!...

Eusébio Blasco.

Anúncio Arrematação

1.ª Publicação

No dia 22 de Junho próximo, ás 11,30 horas da manhã, à porta do Tribunal Judicial, desta comarca, sito na rua do Gravador Molarinho, desta cidade, e por virtude da carta precatória vinda da comarca de Braga, extraída dos autos de execução de sentença de acção comercial por letra que António Manuel Aires de Oliveira, daquela cidade, move contra Carlos Xavier Pimenta da Costa e Avelino dos Santos Torrinha, ambos residentes nesta comarca, se há de proceder à arrematação, em hasta pública e pelo maior preço oferecido acima da respectiva avaliação do direito e acção que os executados teem a uma oitava parte dos seguintes prédios, a saber:

Uma morada de casas, sita na rua de Dom João Pri-

meiro, desta cidade, designada pelos números de policia 96 e 98, construída de pedra e tabique, com salas, quartos, cosinha e um pequeno rocio com três árvores. Está descrita na Conservatória desta comarca sob o n.º 16:268 do L.º B-48 a fls. 127 v.º, cujo direito e acção foi avaliado em 60\$000 réis.

A propriedade da Lourinha, sita no lugar do mesmo nome, freguesia de Ronfe, desta comarca, de natureza de praso, foreiro a António Gonçalves, solteiro, maior do lugar das Quintães, da mesma freguesia de Ronfe, e que se compõe de uma casa térrea e telhada, tendo junto terreno de horta com arvores de vinho e fruta, com um pequeno eido que tem uma ramada com esteios de pedra e ao lado uma outra casa térrea e telhada, tendo também junto um terreno de horta com arvores de vinho e fruta e duas pequenas latadas. E' tudo junto e unido, e o foro que se paga a António Gonçalves, consiste em uma galinha, anualmente. Está descrita na Conservatória desta dita comarca sob o n.º 10:616 do L.º B-34 a fls. 66, avaliada livre do dito foro em 48\$375 réis.

Pelo presente são citados quaisquer credores incertos dos executados para assistirem à praça e deduzirem os seus direitos, querendo.

As despesas da praça e metade da contribuição de registo ficam a cargo do arrematante.

Guimarães, 28 de Maio de 1913.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 3.º officio,

Caetano de Faria Lima.

Anúncio ARREMATAÇÃO

2.ª Publicação

No dia 23 do próximo mês de Junho, pelas 11 horas e 30 minutos, e à porta do Tribunal Judicial, sito na rua do Gravador Molarinho, desta cidade, se tem de arrematar em hasta pública e pelo maior preço acima da avaliação, algumas roupas de uso pessoal do inventariado, que no acto da praça estarão patentes, e bem assim os bens de raiz abaixo mencionados, isto em virtude da deliberação dos interessados no inventário de maiores a que se procede por óbito de José Custódio Vieira dos Santos, morador, que foi, na freguesia de Ronfe, desta comarca, e no qual é inventariante José Joaquim Machado Guimarães, da mesma freguesia, a saber:

Propriedade situada no lugar da Igreja, freguesia de Ronfe, desta comarca, composta de casas terreas e telhadas, e ao lado um barraco de madeira e terra de horta com arvores de vinho.

Esta propriedade tem a sua entrada pelo lado sul e está sujeita a uma servidão a pé para a propriedade de Joaquim Pereira de Abreu, e não está descrita na respectiva Conservatória.

Acha-se avaliada na quantia de 300:000 réis, porquanto vai à praça.

Declara-se que toda a contribuição de registo fica a cargo do arrematante.

Pelo presente, são citados quaisquer credores incertos para assistirem à praça e deduzirem os seus direitos, querendo.

Guimarães, 30 de Maio de 1913.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão,

Manuel Ribeiro de Sousa Mascarenhas.

Anúncio Arrematação

2.ª publicação.

No dia 22 do corrente, às 11,30 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, sito na rua do Gravador Molarinho, desta cidade, em virtude de carta precatória vinda da comarca de Santo Tirso, extraída dos autos de execução hipotecária em que é exequente D. Maria Carneiro da Costa, da freguesia de Lamélas, da dita comarca, e executados Luis Paulino da Silva e Sousa e mulher, da freguesia de S. Miguel das Caldas, desta comarca, se ha-de proceder à arrematação, em hasta pública, dos seguintes prédios:

Duas moradas de casas, tendo uma os n.ºs de policia 14, 16, 18 e 20, e é formada por dois andares, com salas, quartos, cosinha, estabelecimento de banhos medicinais, tendo no 2.º andar duas caldeiras e dois tanques para depósito de tais águas, e a outra morada de casas não tem numeracao policial e é formada de um andar com diversos compartimentos e tem na parte em que é terrea uma caldeira a lenha com motor e bomba de pressão, e mais um campo com arvores avidadas, lateiros, rocio e um barracão de madeira, telhado, com diversos compartimentos, existindo em cada um de dois destes compartimentos um pogo de águas sulfurosas. E' situado na rua do Dr. Pereira Caldas, povoação de Vizela, desta comarca e foi avaliado na quantia de 13:500\$000 rs.

Uma morada de casas de um andar com um mirante e ramada na frente, com os n.ºs de policia 6 a 8, situado na Praça da República, povoação de Vizela, desta comarca, avaliado na quantia de 850\$000 rs.

Outra morada de casas de um andar, situada, com os n.ºs de policia 1 a 5, na Praça da República, povoação de Vizela, desta comarca, avaliado na quantia de 650\$000 rs. Todos estes prédios serão

entregues a quem maior lanço oferecer acima do preço da sua avaliação, ficando a cargo do arrematante ou arrematantes metade do pagamento da contribuição do registo.

Pelo presente ficam citados quaisquer credores incertos e desconhecidos dos executados.

Guimarães, 2 de Junho de 1913.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 5.º officio,

Eduardo Pires de Lima.

EDITAL

2.ª Publicação

A Câmara Municipal dêste concelho de Guimarães:

Faz saber que no dia 18 do próximo mês de Junho, pelas 12 horas, nos Paços do Concelho, tem de arrematar-se em hasta pública uma parte da obra do projecto de reparação e melhoramento do caminho público, desde o lugar da Cancellaria de Paulo ao lugar das Quintães, da freguesia de Rendufe, que consiste na construção de terraplanagens para regularização do leito do próprio caminho—construção de agudes de lagêdo e calçetaria com as respectivas enxurreiras e na construção de aqueductos, sob a base de licitação de 227:200 réis.

As condições estão patentes na Secretaria da Câmara para serem examinadas pelos interessados.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares mais públicos.

Paços do Concelho de Guimarães, aos 28 de Maio de 1913. E eu José Maria Gomes Alves, Secretário da Câmara o subscrevi.

O PRESIDENTE,

Mariano da Rocha Felgueiras.

EDITAL

2.ª Publicação

A Câmara Municipal dêste Concelho de Guimarães

Faz saber que no dia 18 do próximo mês de Junho, pelas 12 horas, nos Paços do Concelho, tem de arrematar-se em hasta pública a obra de reparação e melhoramento da canalização da água da fonte pública de Santa Marinha da Costa e construção dum depósito, conforme o respectivo projecto e orçamento, sob a base de licitação de 320:000 réis.

As condições estão patentes na Secretaria da Câmara para serem examinadas pelos interessados.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares mais públicos.

Paços do Concelho de Guimarães, aos 28 de Maio de 1913. E eu José Maria Gomes Alves, Secretário da Câmara, o subscrevi.

O presidente,

Mariano da Rocha Felgueiras.

Instituto Médico-Dentário

Rua Formosa, 331 — PORTO

Dr. Gonçalo de Moura e Lopes da Silva

SUCURSAL EM Guimarães

LARGO DA MISERICÓRDIA, 4

CONSULTAS POR **LOPES DA SILVA** cirurgião-dentista, com 22 anos de prática em Consultórios Dentários da Europa e América Ex-professor de Prothese Dentária do Instituto Dentário de Madrid.

A longa prática é garantida de boa execução de todos os trabalhos, sendo garantidos os seus resultados.

DENTADURAS COMPLETAS
(TRABALHOS AMERICANOS)

DENTADURAS SEM CHAPA
PLATINA E CIMENTO
DENTES A PIVOT
OPERAÇÕES SEM DOR

OBTURAÇÕES A OURO
COROAS DE OURO
LIMPEZA DOS DENTES

CONSULTAS todas as quartas-feiras, desde as 11 horas às 6 da tarde; e às quintas-feiras, desde as 9 às 4 da tarde.

DINHEIRO

Empresta-se sobre penhores na casa penhorista da Rua das Lamelas, n.º 39 a 41 (junto ao tribunal desta cidade), a juro barato. Seriedade e segredo.

O proprietário,
João Vellozo de Araujo.

Sapataria Vimaranesense

—DE—

António José Mendes

5, Rua Dr. Avelino Germano, 9 (Antiga Rua de S. Paio)

GUIMARÃES

Nesta oficina faz-se e encontra-se um grande sortido de calçado, como: botas para homem, com solas de borracha, ditas de «estar-calf» para homem, em preto ou de côr, ditas de bezêro, preto ou branco, ditas de «chevraux» preto para senhora e um enorme e variado sortido de calçado de luxo para criança, etc., etc.

Horário dos comboios

(Rectificado)

PARTIDAS

Para a Trofa

5,54—Diário. Liga, 1 hora depois, com o Pôrto, Minho e Douro, por Ermezinde (P. 8,27) e Póvoa; para o Sul, de Campanhã, às 8,48.
8,16—Dias úteis—Rápido. Liga com o Pôrto (C. 10,30), Braga e Valença (P. 8,45); para o sul (oeste), de Campanhã, às 11,40.
10,49—Idem. Liga com o Pôrto (C. 13,26).
13,29—Diário. Liga, 1 h. depois, com o Pôrto (C. 16,43) e Douro, por Ermezinde (P. 17,12); com Valença, Braga e Póvoa (P. 14,21).
16,41—Idem.—Correio. Liga com o Pôrto (C. 19,28); e Douro por Ermezinde, (P. 18,48); com Valença e Braga (P. 18,59); com o Sul, de Campanhã, às 20,25.

Para Fafe

8,21—4.ª feiras e 22,11—Dias úteis.
11,34—Correio, e 16,49—Diários.
21,36—Dom., feriados e dias santificados.

CHEGADAS

Da Trofa

9,44—Dias úteis. Liga com Valença, Braga e Póvoa (P. 5,33)
11,27—Diário.—Correio. Liga com o Minho (P. 8,45) (C. 10,30).
16,41—Idem. Liga com o Minho (P. 14,21) (C. 16,43).
18,51—Dias úteis.—Rápido. Liga com o Pôrto (P. 16,50).
21,29—Domingos, fer. e dias santif. } Ligam com o Minho (P. 18,59) (C. 19,28).
22,02—Dias úteis.

De Fafe

5,46, 10,39 e 16,31—Correio. Diários, que partem de Fafe às 4,50, 9,43 e 15,35. Domingos. Comboio que parte de Fafe às 12,28.

Apeadeiros

Exceptuando os rápidos, há paragens de 1 minuto em Espinho, Madalena e Covas; e não para em Espinho o comboio que chega às 21,29. Na linha de Fafe há paragens na Penha e Cepães, e na Arcela, aos sábados, há também paragem pelo comboio das 16,49 (ida).

INDICAÇÕES:—Os comboios sem designação são mixtos. As horas entre parêntesis, precedidas de P. e C., designam as partidas do Pôrto e as chegadas ao Pôrto. As partidas de Vizela para Guimarães antecedem proximamente 20 minutos a hora de chegada a Guimarães.

DISPONÍVEL

Livraria editora
GUIMARÃES & C.

Augusto I. da Cunha Guimarães

Colecção Horas de Leitura

Ultimos volumes publicados (a 200 réis):

22. A dama das Caméllas, de Dumas, filho (4.ª ed. ilustrada)—47. História de um beijo, de Eschrich (2.ª ed.)—73 e 74. A obra, de Zola—75. Geneveva, de Lamartine—76. Um filho do povo, de Eschrich—77 e 78. O crime do padre Mouret, de Zola—79. Casamentos fidalgos, de Feuillet—18. O Resqredo, de Delfim Guimarães (2.ª ed.)—80. Amor Trágico, de Abel Hermant—81. A Religiosa, de Diderot—82 a 84. Ana Karenine, de Tolstoi—85 e 86. A besta humana, de Zola—87. O Pescador d'Islandia, de Loti—88. O Refúgio, de Cesar Pôrto.

A Publicar:

Deus e o diabo, de Karr—Fromon, Jr., de Daudet.

Colecção Sociológica

(Últimos volumes publicados (a 300 réis):

VI. A dor universal, de S. Faure—VII. O amor livre, de Carlos Albert—VIII. O sindicalismo, de H. Leone—IX. A sociedade futura, de J. Grave—X. Palavras dum revoltado, de P. Kropotkine—XI. O capital, de Carlos Marx—XII. Psicologia de militar profissional, de Hamon—XIII. A caminha da união livre, de Naquet.

A saír:

Como falava Zaratustra, de Nietzsche—A grande revolução, de Kropotkine.

Colecção Vitor Hugo

Volumes publicados (a 200 rs. brochados e 320 rs. encadernados)

1 e 2. Os homens do mar—3 a 5. O homem que ri—6 a 13. Os miseráveis 14 e 15. Noventa e três—16 a 18—N.ª Sn.ª de Paris.

A saír:

Bug Jargal—Han-d'Islandia.

Colecção Alegre

Ultimos volumes publicados (a 300 réis)

IV. Histórias garotas, de A. Silvestre—V. Amores e aventuras, de Casanova—VI. Diabruras da mãe Eva, de A. Silvestre—VII. Monstros parisienses, de Catulo Mendés—VIII e IX. Amores de Fabulas.

A PRODUTORA VIMARANENSE

Sociedade Cooperativa das Quatro Artes de Construção Civil — Responsabilidade Limitada

Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

Esta sociedade operária encarrega-se da execução de quaisquer trabalhos concernentes às artes de pedreiro, cas-pinteiro, caiador e pintor, para os quais dispõe de pessoal habilitadíssimo, como na prática se há demonstrado, resultando desta circunstância e da seriedade nos diversos trabalhos, grande economia para os Snrs. proprietários das obras, atendendo às vantagens de que gosam as Sociedades Cooperativas.

Na sua oficina executam-se quaisquer trabalhos avulsos e a preços módicos.

INTERESSES NO BRAZIL

O Escritório de Direito Internacional, à rua 5.º Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática de advocacia em Portugal e no Brazil, advogado do Banco Aliança do Pôrto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a Direitos e interesses de portugueses no Brazil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de alugueis, rendas, juros dividendos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papéis de crédito, transferências, etc.

de advocacia em Portugal e no Brazil, advogado do Banco Aliança do Pôrto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a Direitos e interesses de portugueses no Brazil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de alugueis, rendas, juros dividendos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papéis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Pôrto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral,—rua da Fábrica, 78. Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura

Preço das publicações

Ano	1\$200 rs.	Anúncios e comunicados, por linha	40 rs.
Semestre	600 "	Repetição, por linha	20 "
Brazil, ano (moeda forte)	2\$500 "	Permanentes, contracto convencional.	
Número avulso	30 "	Anúncios, não judiciais, para os srs. assinantes 25 % de abatimento.	

ALVORADA

Ao Cidadão